

O NOVO BRASIL

Em maio de 1821 a esquadra de D. João VI ainda estava na altura do Nordeste brasileiro, a caminho de Lisboa, quando, a milhares de quilômetros a leste de seu curso, nos rochedos solitários da Ilha de Santa Helena, Napoleão Bonaparte deu o último suspiro. O homem responsável pela fuga da corte portuguesa para o Brasil e por quase todos os tormentos da vida de D. João morreu na manhã de 4 de maio, assistido pelo seu médico particular, em meio a ataques de vômitos de sangue e acessos de delírio nos quais chamava pelo filho, o rei de Roma, um menino franzino, de apenas dez anos, que àquela altura era prisioneiro da corte austríaca no Palácio de Schönbrunn, em Viena. A causa da morte do imperador francês foi, por muito tempo, alvo de polêmica. De início, suspeitou-se que tivesse sido envenenado com arsênico. Pesquisas mais recentes apontam que a causa mais provável seria um câncer no estômago.

Enquanto esteve preso em Santa Helena, Napoleão ditou suas memórias, nas quais fez um balanço da vida e da carreira militar, com suas conquistas e derrotas. Para D. João VI reservou uma só frase, lacônica: “Foi o único que me enganou”.¹

Esses dois homens, cujos destinos se cruzaram pela última vez nos mares do Atlântico Sul, deixavam legados que haveriam de afetar profundamente o futuro de milhões e milhões de pessoas. O de Napoleão, já bem avaliado pelos historiadores, incluía o redesenho do mapa político da Europa. No prazo de vinte anos, o antigo regime monárquico, que por tantos séculos havia dominado o continente, entraria em colapso, dando lugar a um mundo agitado por revoluções em que a autoridade e a legitimidade dos governantes seria o tempo todo posta em dúvida. No caso de D. João VI, o legado ainda é motivo de controvérsia. Alguns atribuem ao seu caráter tímido e medroso a derrocada final da monarquia e do próprio império colonial português. Outros, no entanto, o consideram um estrategista político que, sem recorrer às armas, enfrentou com sucesso os exércitos de Napoleão e conseguiu não só preservar os interesses de Portugal como deixar um Brasil maior e melhor do que havia encontrado ao chegar ao Rio de Janeiro, em 1808.

Nenhum outro período da história brasileira testemunhou mudanças tão profundas, decisivas e aceleradas quanto os treze anos em que a corte portuguesa morou no Rio de Janeiro. Num espaço de apenas uma década e meia, o Brasil deixou de ser uma colônia fechada e atrasada para se tornar um país independente. Por essa razão, o balanço que a maioria dos estudiosos faz de D. João VI tende a ser positivo, apesar de todas as fraquezas pessoais do rei. Para o historiador

Oliveira Lima, ele foi “o verdadeiro fundador da nacionalidade brasileira”, por duas razões principais: assegurou a integridade territorial e deu início à classe dirigente que se responsabilizaria pela construção do novo país.² “Com ele começou a descolonização efetiva”, afirmou o escritor e crítico literário paranaense Wilson Martins. “Não só pelo ato de elevar o Brasil a reino, mas também, e sobretudo, por lhe dar desde logo e em breve espaço de tempo as estruturas de uma nação propriamente dita.”³

Uma forma de avaliar a herança de D. João VI é abordar a questão pelo avesso: como seria hoje o Brasil se a corte não tivesse vindo para o Rio de Janeiro? Apesar da relutância em fazer conjecturas, boa parte dos historiadores concorda que o país simplesmente não existiria na sua forma atual. Na hipótese mais provável, a Independência e a República teriam vindo mais cedo, mas a antiga colônia portuguesa se fragmentaria em um retalho de pequenos países autônomos, muito parecido com seus vizinhos da América espanhola, sem nenhuma outra afinidade além do idioma.

É fácil imaginar as conseqüências dessa separação:

- Esse Brasil dividido em pedaços autônomos nem de longe teria o poder e a influência que o país exerce hoje sobre a América Latina. Na ausência de um Brasil grande e integrado, o papel provavelmente caberia à Argentina, que seria, então, o maior país do continente.
- Brasília, a capital federal plantada no cerrado por Juscelino Kubitschek em 1961 para estimular e simbolizar a integração nacional, nunca teria existido.

O esforço de integração teria dado lugar à rivalidade e à disputa regional.

- ▶ Na escola, quando abrissem seus livros de Geografia, as crianças gaúchas aprenderiam que a floresta amazônica é um santuário ecológico de um país distante, situado ao norte, na fronteira com a Colômbia, a Venezuela e o Peru.
- ▶ As diferenças regionais teriam se acentuado. É possível que, a esta altura, as regiões mais ricas desse mosaico geográfico estariam discutindo medidas de controle da imigração dos vizinhos mais pobres, como fazem hoje os americanos em relação aos mexicanos.
- ▶ Nordestinos seriam impedidos de migrar para São Paulo. Em contrapartida, ao viajar de férias para as paradisíacas praias da Bahia ou do Ceará, os paulistas teriam de providenciar passaportes e, eventualmente, pedir visto de entrada.
- ▶ O comércio e o intercâmbio entre as diversas regiões seriam muito menores e mais complicados. Ao vender seus produtos para Goiás, Mato Grosso ou Tocantins, os cariocas, paulistas e paranaenses teriam de pagar tarifas de importação — e vice-versa.

À luz da realidade do Brasil atual, tudo isso parece mero devaneio. Ainda assim, não se deve subestimar a importância de D. João VI na construção da identidade dos brasileiros de hoje. É preciso levar em conta que, dois séculos atrás, a unidade política e territorial do Brasil era muito frágil. Uma prova dessa fragilidade pôde ser medida na própria delegação brasi-

leira enviada a Portugal para participar das votações das Cortes entre 1821 e 1822. Embora o Brasil tivesse direito a 65 deputados,⁴ só 46 compareceram às sessões em Lisboa, o que os deixava em minoria diante da representação portuguesa, composta por cem delegados. Apesar da inferioridade numérica, os brasileiros se dividiram nas votações. Os delegados das províncias do Pará, Maranhão, Piauí e Bahia se mantiveram fiéis à Coroa portuguesa e votaram sistematicamente contra os interesses brasileiros das demais regiões.⁵ Numa nova demonstração de falta de consenso, em 1822 essas províncias do Norte e Nordeste não aderiram à Independência. D. Pedro I teve de recorrer à força militar para convencê-las a romper com Portugal. Mesmo assim, o ambiente político brasileiro continuaria instável ainda por muitas décadas, sujeito a inúmeras rebeliões e movimentos separatistas regionais.

Com base nessas divergências regionais, o americano Roderick J. Barman, autor do livro *Brazil: the forging of a nation*, levanta algumas hipóteses sobre qual teria sido o destino dos territórios portugueses na América sem a vinda da corte para o Rio de Janeiro. Barman acredita que o Brasil poderia ter se desintegrado em três diferentes países. O primeiro, que ele chamou de República do Brasil, abrangeria as atuais regiões Sul e Sudeste, incluindo as províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás e Mato Grosso — nessa época, o atual Estado do Paraná ainda fazia parte da Província de São Paulo. Eram essas as províncias que gravitavam em torno da região onde, no final do século XVIII, tinha acontecido a Conjuração Mineira de Tiradentes. Sua repetição, na opinião de Barman, teria o potencial de atrair todas elas para

um mesmo eixo capaz de se consolidar numa única república independente.

Na opinião de Barman, um segundo país, chamado de República do Equador, seria formado na região Nordeste, incluindo Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Essa região tinha sido agitada por três grandes insurreições em menos de três décadas. A primeira foi a Revolta dos Alfaiates de 1798, na Bahia. A segunda, a Revolução Pernambucana de 1817. Por fim, a Confederação do Equador, novamente em Pernambuco, em 1824. Era, portanto, uma região candidata à autonomia, caso não houvesse um governo central no Rio de Janeiro forte o suficiente para controlar suas rebeliões. O terceiro país, na avaliação do historiador americano, seria criado na região Norte, abrangendo Maranhão, Grão-Pará e a Província do Rio Negro, no atual Estado do Amazonas. Essas províncias, que ainda na época da colônia já constituíam um território autônomo com relações diretas com Lisboa, provavelmente seriam as últimas a se desligar de Portugal. O Piauí, na avaliação de Barman, constituiria uma incógnita: tanto poderia aderir à República do Equador como permanecer fiel à Coroa portuguesa e ligado às províncias do Norte.⁶

A preservação da integridade territorial foi, portanto, uma grande conquista de D. João VI. Sem a mudança da corte portuguesa, os conflitos regionais teriam se aprofundado, a tal ponto que a separação entre as províncias seria quase inevitável. “Essas colônias estariam de fato perdidas para a metrópole se D. João não migrasse para o Brasil”, afirmou em suas memórias o almirante Sir Sidney Smith, comandante da esquadra que trouxe a corte para o Rio de Janeiro. “Os ingleses iriam

ocupá-las sob pretexto de as defender e, se isto não acontecesse, a independência da América portuguesa se teria efetuado ao mesmo tempo e com muito menos resistência do que a da América espanhola.”⁷

Graças a D. João VI, o Brasil se manteve como um país de dimensões continentais, que hoje é o maior herdeiro da língua e da cultura portuguesas. “D. João VI veio criar e realmente fundou na América um império, pois merece bem assim ser classificado o ter dado foros de nacionalidade a uma imensa colônia amorfa”, escreveu Oliveira Lima.⁸ Ironicamente, esse legado não seria desfrutado por D. João ou pela metrópole portuguesa. “Ele próprio regressava menos rei do que chegou”, acrescentou Oliveira Lima. “Deixava contudo o Brasil maior do que o encontrara.” Em outras palavras, ao mudar o Brasil, D. João VI o perdeu para sempre. O resultado foi a Independência, em 1822. “As portas fechadas durante trezentos anos estavam abertas de repente, e a colônia ficou fora do controle da metrópole”, assinalou o historiador Alan K. Manchester. “O contato com o mundo exterior despertou a colônia entorpecida: introduziram-se nova gente, novo capital e novas idéias. Como consequência, os brasileiros acharam que seu destino era maior e mais importante.”⁹

Ao contrário do que se imagina, porém, a independência brasileira resultou menos do desejo de separação dos brasileiros do que das divergências entre os próprios portugueses. O historiador Sérgio Buarque de Holanda a definiu como “uma guerra civil entre portugueses”, desencadeada pela Revolução do Porto, e não por um processo de mobilização da colônia na defesa de interesses comuns contra a dominação da metrópole.¹⁰ “A Revolução de 1820 foi um movimento anti-

brasileiro, uma explosão de ressentimento, de orgulho ferido”, escreveu o também historiador José Honório Rodrigues. O resultado, segundo ele, foi oposto ao esperado pelas Cortes porque “fortificaram o Brasil, sua consciência, seu sentimento nacional, sua unidade, sua indivisibilidade”.¹¹

Isso de modo algum significava que o país estivesse pronto. Ao contrário. Pobre, analfabeto e dependente de mão-de-obra escrava, o novo Brasil deixado por D. João ao seu filho D. Pedro I continuava anestesiado por três séculos de exploração colonial que haviam inibido a livre iniciativa e o espírito empreendedor. Os debates que cercaram a Independência já anteviam os enormes desafios que o país teria de enfrentar — e que, duzentos anos depois, ainda estão longe de ser superados. Na avaliação dos “pais” da Independência, o Brasil do começo do século XIX era um país perigosamente indomável, onde brancos, negros, mestiços, índios, senhores e escravos conviviam de forma precária, sem um projeto definido de sociedade ou nação. “Amalgamação muito difícil será a liga de tanto metal heterogêneo, [...] em um corpo sólido e político”, escrevia já em 1813 o futuro Patriarca da Independência, José Bonifácio de Andrada e Silva, ao embaixador de Portugal na Inglaterra, D. Domingos de Sousa Coutinho.¹²

Na visão de José Bonifácio e outros líderes da época, se a Independência parecia inevitável, era preciso impedir a qualquer custo que o Brasil se tornasse uma república. Nesse caso, acreditavam eles, o conflito de interesses numa sociedade tão heterogênea poderia se revelar incontrolável. “A raça branca acabará em mãos de outras castas e a Província da Bahia desaparecerá para o mundo civilizado”, afirmava, em

1823, o pensador Francisco de Sierra y Mariscal, ao analisar o movimento da Independência e seus desdobramentos no Nordeste brasileiro.¹³

Em 1821, um panfleto de autoria de José Antonio de Miranda circulou no Rio de Janeiro. Perguntava:

*Como é possível fazer uma república de um país vastíssimo, desconhecido ainda em grande parte, cheio de florestas, infinitas, sem população livre, sem civilização, sem artes, sem estradas, sem relações mutuamente necessárias, com interesses opostos e com uma multidão de escravos, sem costumes, sem educação, nem civil nem religiosa e cheios de vícios e hábitos anti-sociais?*¹⁴

A solução proposta — que, afinal, triunfou — era manter a monarquia centralizada e com poderes fortes, capaz de impedir insurreições populares e movimentos separatistas. “O Brasil, contando de muitas províncias grandes, mui distantes e despovoadas, precisa para se aumentar, visto estar ainda na infância, de um centro de poder, de onde as providências se façam com energia e a força com prontidão”, argumentava um panfleto anônimo publicado em Lisboa em 1822. “Ora, não há governo mais enérgico que o monárquico. [...] O caráter geral da Nação exclui claramente a forma republicana.”¹⁵

Sentimentos dessa natureza fizeram com que o medo funcionasse como uma força política catalisadora, mantendo o país unido sob a Coroa no momento em que os regionalistas e interesses divergentes poderiam ter dividido a antiga colônia portuguesa. “Consumada a separação política”, observou a historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias, “não pareciam

brilhantes para os homens da geração da independência as perspectivas da colônia para transformar-se em nação. [...] Eram bem conscientes da insegurança das tensões internas, sociais e raciais, da fragmentação, dos regionalismos, da falta de unidade que não dera margem ao aparecimento de uma consciência nacional capaz de dar força a um movimento revolucionário disposto a reconstruir a sociedade”.¹⁶

O que se viu em 1822 foi, portanto, uma ruptura sob controle, ameaçada pelas divergências internas e pelo oceano de pobreza e marginalização criado por três séculos de escravidão e exploração colonial. Ao contrário dos Estados Unidos, onde a independência teve como motor a república e a luta pelos direitos civis e pela participação popular, no Brasil o sonho republicano estava restrito a algumas parcelas minoritárias da população. Quando apareceu nas rebeliões regionais, foi imediatamente reprimido pela Coroa. Por isso, o caminho escolhido em 1822 não era republicano nem genuinamente revolucionário. Era apenas conciliatório. Em vez de enfrentadas e resolvidas, as antigas tensões sociais foram todas adiadas e amortecidas.

Em nome dos interesses da elite agrária, a escravidão permaneceria como uma chaga na sociedade brasileira até sua abolição, em 1888, com a lei assinada por uma bisneta de D. João VI, a princesa Isabel. As divergências regionais reapareceriam de tempos em tempos, de forma violenta, como na Confederação do Equador, de 1824, na Guerra dos Farrapos, em 1835, e na Revolução Constitucionalista, em 1932. A participação popular nas decisões do governo se manteria como um conceito figurativo. Em 1881, quando a chamada Lei Saraiva estabeleceu, pela primeira vez, a eleição direta para

alguns cargos legislativos, somente 1,5% da população tinha direito ao voto. Eram apenas os grandes comerciantes e proprietários rurais. Entre a enorme massa de excluídos estavam as mulheres, os negros, os mulatos, os pobres, os analfabetos e destituídos em geral.¹⁷

Heranças mal resolvidas em 1822, todos esses problemas permaneceriam, nos duzentos anos seguintes, assombrando o futuro dos brasileiros — como o fantasma de um cadáver insepulto.